

RESENHAS

FERNANDES, FLORESTAN. *NOVA REPÚBLICA?* RIO DE JANEIRO, JORGE ZAHAR 1986.

Leio Florestan e lembro-me dos adjetivos de Octávio Ianni, ao se referir à realidade (ou irrealidade) latino-americana: carnavalesca, paródica, grotesca, caricatura da organização e desorganização européia, ou então, afirmativamente, latino-americanização do medo, da insegurança, do pânico.

Realmente, a burguesia nacional não pode ser acusada de falta de imaginação, ao reproduzir o grotesco, o circense, ao tirar, com a regularidade de uma progressão aritmética, coelhos sempre novos da cartola. “O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada” — escrevia Aristides Lobo* nos idos de 1889.

“Diretas já” foi a palavra de ordem na segunda metade de 1984.

O povo saía às ruas, desfaldava bandeiras, aclamava os líderes nos palanques, recém aderidos à vibração democrática, que atrás de seu sorriso complacente sabiam habilidosamente esconder que as eleições diretas não cabiam no projeto maior da conciliação conservadora.

Meses mais tarde, os mesmos líderes marcharam com passos resolutos para a “grande festa cívica” para eleger — via indireta — o grão-mestre da “composição pelo alto”. Semanas após, um drama humano, merecedor de sentimentos de solidariedade e compaixão, havia sido transformado numa gigantesca operação de mídia eletrônica.

Depois, uma nova panacéia para curar os males da Nação: a Constituinte. Diz-se que todos os segmentos significativos da sociedade terão sua voz ao elaborar a nova Lei Máxima, muito embora os poucos, “os que sabem”, já estão amarrando na penumbra, os fios do novo tecido legal que enquadrará a multidão “dos que não sabem”.

E nos dias que correm, o medo do esgarçamento do tecido social pela especulação desvairada, faz empacar a inflação. É nessa oportunidade que se

* Citado por Edgar Carone in: *A Primeira República (texto e contexto)* S. Paulo, Difel, 1969.

apresenta a conta dos longos anos de desmandos da administração econômico-financeira às classes assalariadas, concretiza-se a “socialização dos prejuízos” como disse Celso Furtado em outros tempos, através do Plano de Estabilização, o “Projeto Tropical”.

Ao mesmo tempo, pouco se fala na revisão das atuais leis da greve, da imprensa e da segurança nacional, na restituição das prerrogativas do Poder Legislativo, na extinção dos casuismos políticos, do atrelamento do Congresso ao executivo, no reatamento das relações com Cuba, em uma política externa independente visando a mitigação do drama centro-americano.

Voltemos, pois, às reflexões de Florestan Fernandes, na busca de elementos explicativos das contradições e ambigüidades desse desfile bizarro. O quadro apresentado por Florestan é diverso: é anguloso, cinzento, agreste, lunar, o chão duro da luta de classes que é o lugar da História para o autor.

O estilo é contundente, denso, compacto, a ponto que a resenha corre o risco de se transformar numa cópia reduzida. A riqueza dos conceitos pontiagudos, penetrantes, impressiona o leitor: “composição pelo alto”, “reprodução fragmentada”, “sociedade civil civilizada”, “conciliação conservadora”. Serve-se, em parte, de categorias provenientes do arsenal de reflexões anteriores, já conhecidas pelos estudiosos de sua obra, assestadas com precisão contra o objeto atual.

O “capitalismo difícil” que não permite levar adiante a “revolução nacional e a revolução democrática que permitiriam a autonomização relativa do desenvolvimento capitalista ou a escolha da alternativa socialista da transformação da economia”, é produto direto da apropriação dual do excedente econômico. Na visão do autor* trata-se de um componente específico do capitalismo desenvolvido na América Latina: da acumulação de capital para promover a expansão simultânea das economias centrais e dos setores dominantes locais. Monta-se, portanto, de fora para dentro, um processo permanente de deterioração que impede a concentração do excedente econômico nas mãos dos setores econômicos privilegiados locais. Na verdade, essa deterioração se reproduz à custa dos setores destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-exploração e sobre apropriação.

O resultado desta constelação é a cristalização de relações sociais particularmente violentas e de uma burguesia nacional, que agindo como “correia de transmissão” das economias centrais, não pode e não quer realizar a revolução democrática que engendraria a ruptura com a dominação externa e levaria a uma “sociedade civil civilizada”.

A burguesia nacional apertada entre as tenazes de fora e as pressões de baixo para cima, diante do fantasma de um “deslocamento do poder”, longin-

* Ver também Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente*, Rio Zahar Ed., 1981 – pp. 45 e 76.

quo no horizonte, passa a delirar. Empalidecem os limites entre o possível e o real. Simples movimentos reivindicatórios na cidade ou no campo, que fazem parte do dia-a-dia de uma sociedade democrática, configuram-se com grave ameaça à estabilidade das instituições. Entrega-se, em contrapartida, à ilusão de um desenvolvimento capitalista “seguro” e crescente, no percurso dos caminhos “naturais” do capitalismo. O que se revelou viável nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França, por que não seria possível na paisagem subumana da periferia das cidades brasileiras ou no caldeirão da amarga violência do campo? Por que um regime político que capitula diante da dominação externa e que destina às classes subalternas da sociedade uma das qualidades mais baixas de vida do Continente, não pode autodenominar-se de “nacionalista, democrática e patriótica”?

Finalmente, na “mineirice” volátil do supremo mentor da “composição pelo alto”, colidem o discurso e prática políticos, fazendo esfumar a oportunidade de uma cultura cívica solidamente nacional e democrática.

Ao longo da decomposição do regime militar o medo burgues impõe a busca de um equivalente político da ditadura. Esse sucedâneo é encontrado no que o autor denomina de “conciliação conservadora”. Como efeito dessa ideologia, gerada pelo medo, as elites burguesa detêm-se à margem das reformas, tentando manhosamente “congelar a História”, porquanto procuram ganhar tempo, paralizadas pela própria convivência com a dominação externa e se mostram incapazes de resolver a crise crônica do poder burguês.

Desse impasse — diz-nos o autor — é que surgirá a oportunidade histórica da massa oprimida e da classe trabalhadora, para deslocar o eixo do poder na construção de um “futuro diferente”. Levar avante a “revolução dentro da ordem” ao implantar reformas capitalistas que a própria burguesia condenou, deflagrar o processo dialético de várias etapas revolucionárias, desembocando na “revolução contra a ordem”, superação das anteriores, cuja força revolucionária levaria de roldão as estruturas que suportam os mecanismos de exclusão e exclusividade.

Essa visão vigorosa que, de um lado arrasta consigo pela sua força o espírito do leitor, não deixa de levá-lo a reflexões de outra ordem. De que maneira as classes populares, na sua heterogenidade, incorporar a evidência de sua experiência cotidiana na prática política? Como organizações de raízes autenticamente populares, como organizações de bairros, comissões de fábrica, comissões de defesa dos interesses de minorias, irão superar a aglutinação apenas pelo conjuntural momentâneo, específico, local, e de que forma o saber popular brotando da amarga experiência do contato diário com as formas mais variadas e violentas de espoliação explicitar-se-á ao longo da prática reformadora e revolucionária? Haverá uma convergência eficaz entre os movimentos populares de cunho espontâneo e organizações institucionalizadas do mundo político-partidário? E, finalmente, até que ponto a ambigüidade das

relações entre as classes sociais, produtos das peculiaridades do próprio capitalismo dependente, apontado em várias ocasiões anteriores pelo autor*, agirá como agente retardador no processo vislumbrado?

São indagações que talvez contribuam para lançar alguma luz sobre outras facetas do quadro sindromático da crise de hegemonia — termo gramsciano — cuja presença percebe-se nitidamente nas reflexões de Florestan Fernandes, e do qual a Nova República é parte.

E talvez o próprio mestre, que através da “estratégia do caleidoscópio” soube tão agudamente enfocar os diversos ângulos e ênfases da questão da revolução democrática, ou melhor, da ausência dela, nos brinde com algumas respostas.

Estêvão LUKACS JUNIOR**

* FERNANDES, Florestan. op. cit., cap. II.

** Pós-Graduando em História PUC-SP.